



Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste processo utilizando o código QR ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/processo/5b1ebdac-9cb9-4af8-a3b7-3af48dcb8e17>

Tipo	Processo Administrativo Eletrônico de Licitação
Número	187/2024/Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
Assunto	Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral.
Interessados	
Aberto em	22/10/2024
Setor autuante	Secretaria de Administração - Departamento de Licitação



Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 1. Comunicação Interna nº  
504/2024/Secretaria de Assistência Social -  
Departamento Administrativo**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/d69761f6-77c7-481a-8e37-8c88f0dbd50d>

Espécie/Tipo	Comunicação Interna
Número	504/2024/Secretaria de Assistência Social - Departamento Administrativo
Assunto	CI Nº 1075/2024, Pedido de Publicação de Edital de Chamamento Público para o Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos
Restrições	"Interno"



# Prefeitura Municipal de Cambé

Secretaria Municipal de Assistência Social  
e Cidadania

Cambé, 17 de setembro de 2024.

## COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 1.075/2024

DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO

**Ref.: Pedido de Publicação de Edital de Chamamento Público.**

Solicitamos a realização de Edital de Chamamento Público, para contratação de pessoa jurídica para o Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a sessenta anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como de convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral. segue em anexo Termo de Referência, Estudo técnico Preliminar e Orçamentos.

Atenciosamente

**Murilo Gobato Martins da Silva**  
Diretor do Departamento Administrativo

**Lucilene Cristiane dos Santos Diorio**  
Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **OBJETO**

Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a sessenta anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como de convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral.

#### **JUSTIFICATIVA**

A responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e cidadania, inclui planejar, propor, promover, articular, coordenar, difundir, integrar, executar e avaliar as políticas municipais relacionadas à garantia de proteção social, acolhimento, convívio e sobrevivência para indivíduos e famílias temporariamente incapazes de lidar, por conta própria, com situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, comprometendo a proteção e a estabilidade nas relações interpessoais.

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços da Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS nº 109/2009, dispõe entre os serviços de alta complexidade o acolhimento institucional para idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência, com o objetivo de garantir proteção social, de forma provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Ressalta-se ainda, que presente contratação tem por objetivo atender principalmente as demandas judiciais, as quais determinam o acolhimento dos mencionados usuários em instituição adequada ao atendimento de suas necessidades de vida, bem como os encaminhamentos realizados pelos serviços de acompanhamento da rede socioassistencial do município que estiveram devidamente justificadas, e de acordo com os fluxos de atendimento internos.

Sendo assim, a impossibilidade administrativa de o Poder Executivo de Cambé em disponibilizar diretamente o serviço de acolhimento institucional de idosos, em suas demandas eventuais, justifica-se o lançamento do presente credenciamento, a fim de chamar pessoas jurídicas prestadoras de serviço de acolhimento institucional de idosos.

A utilização do Edital de Credenciamento tem o intuito de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, com capacidade técnica comprovada, e obedecendo os padrões mínimos de funcionamento definidos na Lei 10.741 de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Resolução RDC Nº 502 ANVISA, de 27 de maio de 2021 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais), ou outras normas que os venham a substituir.

#### **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR / DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

##### Público Alvo

Idosos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de ambos os sexos, com graus de dependência I, II e III, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada no Ministério da Saúde – RDC nº 283/2005 por de terminação judicial e ou/ encaminhamentos realizados pelos

serviços de acompanhamento da rede socioassistencial do município que estiveram devidamente justificadas, e de acordo com os fluxos de atendimento internos.

### Grau de Dependência

- Para fins deste credenciamento consideram-se idosos com grau de dependência aqueles que possuem Laudo Médico, conforme previsto na RDC nº 283/2005, a saber:

a) Grau de Dependência I – idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda;

b) Grau de Dependência II – idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária, tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada.

c) Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

### **FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

São condições para exemplar prestação do serviço de acolhimento institucional pelas credenciadas, a observância dos critérios e requisitos a seguir descritos:

- Ofertar acolhimento e cuidados aos idosos em situação de desproteção social que não dispõem de condições para permanecer com a família, devido a situações de violência, maus-tratos, negligência, abandono, situação de rua e/ou com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Cambé.

- Ofertar acolhimento institucional para idosos com grau de dependência I, II e III, sem retaguarda familiar, que tenha domicílio no Município de Cambé;

- Oferecer cuidados ininterruptos (24 horas).

- Garantir que no espaço físico seja organizado de forma a atender aos requisitos previstos na RDC nº 283/2005, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, conforto e segurança, com ambientes arejados e iluminados;

- Preservar a identidade do idoso e oferecer um ambiente digno e de respeito, priorizando o chamamento nominal deles.

- Permitir aos residentes o acesso ao telefone e correspondência;

- Manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei 1.0741 de 2003. No registro deve constar nome, data de nascimento e sexo do idoso, data e circunstâncias do acolhimento, nome e endereço do responsável e/ou de um familiar, nome dos filhos, parentes e amigos que poderão visitar ao idoso, relação dos pertences do idoso, bem como valor da renda do idoso, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

- Propiciar atividades que estimulem a autonomia e a socialização, tais como atividades socializantes, recreativas, esportivas, culturais e de assistência religiosa, esta última a ser propiciada aos residentes que desejarem, de acordo com suas crenças. As referidas atividades podem ser estimuladas na instituição e na comunidade;

- Promover um ambiente acolhedor, através da convivência mista entre os residentes dos diversos graus de dependência, da integração deles em atividades desenvolvidas pela comunidade e o desenvolvimento de atividades intergeracionais. O acolhimento não poderá ter caráter restritivo ou de privação de liberdade;

- Disponibilizar equipe técnica mínima de acordo com RDC nº 283/2005;

- Proporcionar capacitação prévia e continuada à equipe de funcionários;



# Prefeitura Municipal de Cambé

## Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

- Oferecer cuidados básicos com a higiene dos residentes, com acompanhamento individual, se necessário;
- Proporcionar cuidados básicos com a saúde dos residentes, conforme a necessidade dos mesmos, com acompanhamento diário incluindo curativos, controle de diabetes, pressão arterial, colocação e manutenção de sonda enteral etc., e garantir o acesso aos serviços de saúde nos equipamentos públicos no Município de Canoas, sempre que necessário;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição médica;
- Em caso de não haver responsável pelo idoso, a credenciada deverá providenciar a retirada de medicamentos necessários para os acolhidos junto às Unidades Básicas de Saúde e realizar, quando for o caso, o encaminhamento dos pedidos de medicamentos especiais junto ao Estado;
- Prestar primeiros socorros quando necessário e providenciar transporte até o hospital em caso de emergência;
- Em caso de não haver responsáveis pelo idoso, a credenciada deverá providenciar acompanhamento de cuidadores, durante períodos de observação em unidades de pronto atendimento e/ou serviços de urgência e emergência, ou em casos de hospitalização;
- Oferecer 6 (seis) refeições diárias com cardápio elaborado por nutricionista, de acordo com a necessidade nutricional de cada idoso. O cardápio deverá estar disponível à fiscalização;
- Manter estoque de alimentos suficientes, com qualidade e dentro da validade, que garanta à boa alimentação e nutrição dos idosos;
- Manter serviços de lavanderia, bem como procedimentos para a identificação das roupas de uso pessoal dos residentes, visando à manutenção da individualidade e a humanização;
- Organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social;
- Planejar as atividades socioassistenciais, com a participação dos idosos no planejamento, respeitando as demandas do grupo e aspectos socioculturais do idoso e da região onde estão inseridos;
- Quando o usuário tiver necessidades adicionais não atendidas pela credenciada, esta deverá comunicar imediatamente à SMASC- Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, através de ofício para providências;
- Os serviços de atendimento a idosos serão executados pela instituição credenciada, no endereço referido em seu Termo de Credenciamento, sob a responsabilidade técnica do profissional indicado pela credenciada, nos termos do Edital;
- A CREDENCIADA deverá informar à SMASC, qualquer mudança de endereço, responsável técnico, bem como, telefone, e-mail ou outros. No caso de mudança de endereço a SMASC analisará o interesse em manter os serviços estabelecidos, podendo realizar o credenciamento da instituição, se o novo endereço não atender as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;
- É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada, a correta remuneração dos profissionais que prestarão o serviço de acolhimento institucional, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações não se transferem para a Administração Pública;
- A CREDENCIADA indenizará terceiros e a Administração Pública por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
- A CREDENCIADA utilizará o cartão de benefício previdenciário de acolhido, quando houver autorização judicial ou quando de necessidades pessoais e sob expresso desejo do acolhido.
- A CREDENCIADA deverá solicitar ao Poder Judiciário, quando necessário, a concessão da curatela para os idosos que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;





# Prefeitura Municipal de Cambé

## Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

- Entre as condições de habilitação para o credenciamento a CREDENCIADA deverá receber idosos, sem responsável familiar e/ou de família extensa, com a correspondente comunicação ao Ministério Público;
- As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei no 8.842, de 1994.

### **LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO.**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data do início do contrato, especificada no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública.

### **DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DA PROPOSTA**

As propostas serão recebidas pelo período de indeterminado após a publicação do Edital de Chamamento, conforme critérios a serem definidos pela Secretaria Municipal de Administração.

### **COMPATIBILIDADE COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA**

Informamos que a referida despesa consta na previsão do Plano Anual de Contratação - PCA 2024/2025.

### **DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO**

Após o resultado do Edital de chamamento, o ingresso da pessoa idosa em ILPI ocorrerá de forma contratualmente estabelecida entre as instituições Credenciadas de acordo com sua capacidade de vagas ofertadas e a necessidade da Administração Pública.

O ingresso ocorrerá após avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, bem como de outras políticas que já acompanham o idoso assistido. Efetivado o acolhimento, a entidade deverá enviar o registro de ingresso referente para a Diretoria de Proteção Especial.

Para garantir um fluxo equânime e padronizado, a solicitação de vaga para o usuário no serviço de acolhimento Institucional deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia do RG e CPF do usuário e responsável;
- b) cópia do comprovante de residência;
- c) cópia do comprovante de renda do usuário e responsável,
- d) laudo médico com CID,
- e) relatório de acompanhamento da rede socioassistencial do Município,
- f) determinação judicial (quando houver)

### **HABILITAÇÃO**

Os seguintes documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados:

- Declaração manifestando o interesse da empresa em se credenciar para prestação dos serviços objeto deste Edital, especificando a quantidade de vagas disponíveis, pelo valor determinado pela Administração.
- Cartão CNPJ da empresa emitido há no máximo 60 (sessenta) dias;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais referente débitos mobiliários e imobiliários;
- Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 ou Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do INSS;
- Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas retirada no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município sede da licitante, devidamente atualizada, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação do objeto licitado/cotado; caso o Alvará Sanitário da licitante não apresente o ramo de atividade compatível com o objeto cotado, deverá a licitante apresentá-lo acompanhado com o Alvará de Localização a fim de comprovar que a mesma está apta/autorizada a comercializar/fabricar o objeto cotado. Caso a empresa esteja dispensada de Licença Sanitária ou Alvará Sanitário, deverá apresentar Declaração do Município sede da licitante, devidamente assinada por agente público municipal. Quando a declaração não apresentar data de vencimento, será esta considerada válida por 120 (cento e vinte) dias após a data de emissão;
- Declaração identificando o profissional responsável técnico, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional conforme modelo nº06.
- Declaração que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo nº03;
- Declaração elaborada e subscrita pelo representante legal da entidade, assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a administração pública, conforme modelo nº04;
- Declaração da licitante de que seus sócios não mantêm vínculo com pessoa que pertença ao quadro de colaboradores comissionados, efetivos ou empregados públicos do Município de Cambé e Administração Indireta, bem como com agentes políticos do Poder Executivo ou Poder Legislativo, conforme modelo nº05;

### AMOSTRA E GARANTIA DE PROPOSTA

Não se aplica.

### MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O modelo habitualmente utilizado.



### OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

- Prestar o(s) serviço (s) cotado (s), em estrita observância ao Termo de Referência;
- Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com a execução dos serviços;
- Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, quando da realização do objeto deste Contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- Conforme dispõe artigo 55, inciso XIII da Lei nº8.666/93, a empresa contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

### OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- Efetuar o pagamento referente aos serviços efetivamente prestados;
  - Fiscalizar os serviços contratados;
  - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela contratada;
  - Permitir e facilitar o acesso da contratada aos locais de prestação dos serviços, respeitadas as normas que disciplinam a segurança das pessoas e do patrimônio público;
  - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução deste contrato;
- Comunicar, por escrito, à contratada, quaisquer falhas ocorridas na execução deste contrato;
- Atestar, por intermédio do Fiscal do Contrato, o cumprimento ou descumprimento de todas as obrigações necessárias à prestação dos serviços por parte da contratada;
  - Efetuar o pagamento na forma neste contrato;
  - Aplicar as penalidades previstas na lei, no Termo de Referência e neste Contrato, em caso de descumprimento pela contratadas de quaisquer cláusulas estabelecidas;
  - Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência e seus Anexos e neste contrato, bem como as obrigações legais e normativas atinentes.

### MULTAS E RESCISÃO

Ocorrerá o descredenciamento quando:

- Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo de prestação de serviços;
- Na recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;
- Quando o Município de Cambé revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos credenciados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;
- Quando o credenciado solicitar seu descredenciamento, mediante notificação à Administração e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- Por qualquer motivo o contrato entre o credenciado e o Município de Cambé for rescindido.

### RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

Recebimento do item de forma definitiva.



# Prefeitura Municipal de Cambé

Secretaria Municipal de Assistência Social  
e Cidadania

## GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica.

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MESES DE EXECUÇÃO	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
DESPESA EMPENHADA	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %	8,33 %

## CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por depósito bancário em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria; Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação e do contrato de fornecimento ou da Ata de Registro de Preços, e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

## DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Dotação: 2482**

**Fonte: 1.000**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.**

## 12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nome Fiscal contrato: Ana Paula Visnadi

CPF: 251.242.908-38

E-Mail: [anapvisnadi@hotmail.com](mailto:anapvisnadi@hotmail.com) / [protecao especial@cambe.pr.gov.br](mailto:protecao especial@cambe.pr.gov.br)

Suplente na Fiscalização do contrato: Murilo Gobato Martins Silva

CPF: 071.357.619-79

E-Mail: [mgmsilva@cambe.pr.gov.br](mailto:mgmsilva@cambe.pr.gov.br)

Nome do Gestor do Contrato: Flavia Carina Cucchi Iwakura

CPF: 023.300.539-08

e-mail: [flaviacci@hotmail.com](mailto:flaviacci@hotmail.com)



# Prefeitura Municipal de Cambé

Secretaria Municipal de Assistência Social  
e Cidadania

Suplente na Gestão do contrato: Lucilene Cristiane dos Santos Diorio

CPF: 677.564.179-68

e-mail: assistenciasocial@cambe.pr.gov.br

## PRAZO DE VIGENCIA / EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data do início da prestação do serviço, especificada no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública.

## ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação dos serviços contínuos de Instituições de Longa Permanência para Idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a sessenta anos).

Aprovo, em 17 de setembro de 2024.

Lucilene Cristiane dos Santos Diorio  
Secretária Municipal De Assistência Social e Cidadania

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA  
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### **I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O objeto ora requisitado tem por finalidade atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, no que tange a prestação de serviço de acolhimento de institucional de Longa Permanência para pessoas idosas, com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como de convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral.

#### **II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Conforme orçamento previsto no plano de contratações anual de 2024.

#### **III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A empresa deverá prestar o devido serviço, atendendo aos requisitos presente no Termo de Referência, nos itens que lhe forem competentes.

#### **IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

Será solicitado 10 (dez) vagas por instituição.

#### **V - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O valor estimado da contratação será de acordo com o mapa de preços, produzidos a partir de pesquisa de mercado, devido à natureza da presente solicitação, foram utilizados orçamentos com base nos Incisos;

II Outros Sites Públicos;

Atentando-se para a quantidade de itens utilizados como referência nas precificações (no mínimo, 3(três) orçamentos), sendo realizada a análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis, excessivamente baixos ou elevados.

#### **VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Com base do Mapa de Preços, que possui um caráter estimativo, obtivemos o valor médio de R\$ 4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

#### **VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução deverá apresentar todos os elementos necessários e suficientes ao serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas com grau de dependência I, II ou III, com vínculos familiares rompidos, em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social oferecendo atenção integral aos institucionalizados, a fim de suprir suas necessidades de moradia, alimentação, higienização, vestuário, cuidado e atenção básica à saúde, os quais deverão ser encaminhados via Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Cambé, com todos os produtos e serviços prestados por conta da empresa contratada.

### VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se faz necessário o parcelamento do item, devido à natureza do objeto.

### IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Este credenciamento visa suprir as demandas de encaminhamento de pessoas idosas para o cumprimento de medida de proteção de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, para aqueles em situação de ausência de retaguarda familiar, sem condições de autossustentabilidade, bem como priorizando oferta de atendimento às condições básicas de moradia e cuidados de rotina diária, que viabilizem o desenvolvimento de convivência comunitária e autonomia dentro do possível.

### X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Para a execução do contrato não serão necessárias quaisquer adequações.

### XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

### XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade.

### XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania declara a viabilidade da contratação de Chamamento Público para contratação dos serviços contínuos de Acolhimento Institucional na modalidade de Longa Permanência.

Cambé, 17 de setembro de 2024.

---

**Murilo Gobato Martins da Silva**  
Diretor do Departamento Administrativo

**SECRETARIA:** Secretaria Municipal de Assistência Social**OBJETO:** Credenciamento de pessoa jurídica com a finalidade de contratação dos serviços contínuos de Instituições de Longa Permanência**VALOR TOTAL:** R\$44.356,00

L. I	CATMAT	Descrição do item	Unidade	Qtde.	Val. médio	Val. mediano	Máx. unitário	Total item
0.1		LONGA PERMANÊNCIA	UNIDADE	10,00	4.435,60	4.500,00	4.435,60	44.356,00

I. A pesquisa de preços para o objeto acima foi realizada com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 - Ministério da Economia e Decreto Municipal nº 676 de 18 de dezembro de 2022 - Prefeitura de Cambé.

II. As consultas realizadas nos sistemas oficiais do Governo, como Pannel de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, as pesquisas de contratações similares feitas pela Administração Pública, dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos, orçamentos com os fornecedores, bem como os e-mails encaminhados para as empresas, inclusive os sem resposta, constam como anexo a este mapeamento, os quais necessariamente deverão constar na fase interna do Procedimento Licitatório.

III. DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO – VALOR MÁXIMO: O valor máximo a ser utilizado como referência na abertura do Procedimento Licitatório deverá ser o menor valor encontrado no método matemático aplicado na série de preços resultantes na pesquisa.

IV. MÉTODO MATEMÁTICO ADOTADO: Para definição do valor máximo que a administração está disposta a pagar foi adotado o seguinte critério:

- Análise crítica da série de preços coletados, desconsiderando os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
- A média de preços dos preços coletados (média saneada);
- A mediana de preços dos preços coletados;
- A utilização do menor valor encontrado entre a média e a mediana como definição do valor máximo

A utilização do menor preço entre a média e a mediana reflete uma melhor tendência de preços praticados no mercado, não implicando ofensas aos princípios gerais à Lei de Licitações ou aos Princípios Gerais da Administração Pública.

Nesse mesmo entendimento, o Tribunal de Contas da União já se posicionou através do Acórdão 3068/2010 – PLENÁRIO, proferido pelo Ministro Benjamin Zymler, conforme abaixo:



“... A colmatação da lacuna normativa efetuada pelos gestores do TRT utilizou-se do parâmetro legal esculpido no caput do art. 109 da LDO/2009 e, assim, definiu como custo unitário dos insumos a mediana dos preços pesquisados. A solução me parece dotada de razoabilidade, assim como seria se houvesse utilizado a média das cotações. Destaco que o menor preço é um dos preços do mercado, mas não reflete o mercado. Nesse sentido, entendo que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”

Dessa forma, a utilização do menor preço encontrado entre a média ou a mediana reflete a melhor opção para definição do preço máximo, uma vez que está entre as duas hipóteses mais aceitas na escolha do método matemático.

V. ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS: Os preços que compõem a tabela de mapeamento acima foram examinados individualmente, sendo realizada análise crítica dos dados de forma a desconsiderar aqueles que apresentam grande variação em relação aos demais.

**Quanto ao item LONGA PERMANÊNCIA referente Outros órgãos públicos - CASA DE REPOUSO LOVELY HOUSE LTDA (46175043000109) foi desconsiderado para fins de formação do preço máximo por ser um VALOR EXCESSIVAMENTE BAIXO em relação aos demais preços.**

VI. JUSTIFICATIVAS:

DECLARO que sou responsável pela pelas cotações e pelo mapeamento de preços que servirá à Administração Municipal para definição do valor máximo quando da abertura de Procedimento Licitatório.

Cambé, 02 de Agosto de 2024

**Nabila T. M. Costa**  
Administrativo

010.055.089-41

COTAÇÕES

L . I	CATMAT	Descrição do item			Unidade	Qtidade.
0.1		LONGA PERMANÊNCIA			UNIDADE	10,00
Data		Fornecedor	Marca/Modelo	Tipo	Cotação	Status
02/02/2024		CASA DE REPOUSO LOVELY HOUSE LTDA (46175043000109)		Outros órgãos públicos	3.500,00	MB
22/01/2024		GLORIA MARIA DA CONCEICAO LTDA (26299569000193)		Outros órgãos públicos	3.876,00	NR
06/02/2024		ASSOCIACAO ABRIGO MAO AMIGA - AMA (09377460000108)		Outros órgãos públicos	4.102,00	NR
09/04/2024		CASA DE REPOUSO OLIVEIRA RADUNZ LTDA (37944449000118)		Outros órgãos públicos	4.500,00	NR
01/04/2024		VIDA E SAUDE CASA DE REPOUSO PARA IDO (05764072000129)		Outros órgãos públicos	4.800,00	NR
09/04/2024		RESIDENCIAL GERIATRICO NOBLESSE LTDA (30019581000174)		Outros órgãos públicos	4.900,00	NR

\* STATUS: NR = Normal, MB = Muito Baixo, MA = Muito Alto, IN = Inconsistente



## Relatório de Cotação: cotação rápida 476

Pesquisa realizada em 07/06/2024 15:48:48

Relatório gerado no dia 07/06/2024 15:54:03 (IP: 200.155.37.210)

Em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133).

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

**Item 1:** contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
6 / 6	1	R\$ 4.279,67 (un)	-	R\$ 4.279,67	100%	R\$ 4.279,67

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE IJUI	90738196000109-1-000282-2024	09/04/2024	R\$ 4.500,00
2	MUNICIPIO DE IJUI	90738196000109-1-000281-2024	09/04/2024	R\$ 4.900,00
3	PM DE SANTA MARIA	56900-20-2024-PRD	01/04/2024	R\$ 4.800,00
4	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	83102434000120-1-000014-2024	06/02/2024	R\$ 4.102,00
5	MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO	83102434000120-1-000011-2024	02/02/2024	R\$ 3.500,00
6	PM DE TAPEJARA	60900-13-2024-PRI	22/01/2024	R\$ 3.876,00
Valor Unitário				R\$ 4.279,67

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 4.301,00

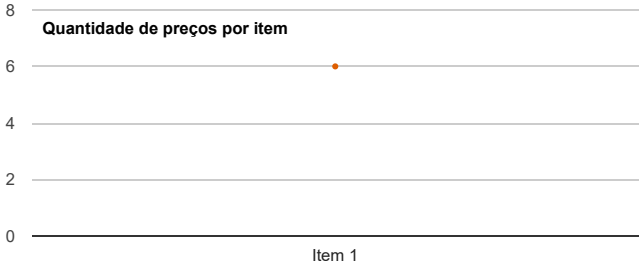
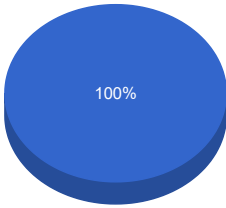
Média dos Preços Obtidos: R\$ 4.279,67

Valor Global: R\$ 4.279,67



Valor do item em relação ao total

1) contratacao de...



Detalhamento dos Itens

Item 1: contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos			
Preço Estimado: R\$ 4.279,67 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 4.279,67	Média dos Preços Obtidos: R\$ 4.279,67

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor RS 4.500,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	MUNICIPIO DE IJUI	Data:	09/04/2024 09:46
Objeto:	Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos conforme termo de referencia em anexo.	Modalidade:	Dispensa
		SRP:	NÃO
Descrição:	Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos - Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos	Identificação:	90738196000109-1-000282-2024
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Homologação:	05/04/2024 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pnecp/pt-br
		Quantidade:	12
		Unidade:	Mes
		UF:	RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
37.944.449/0001-18	CASA DE REPOUSO OLIVEIRA RADUNZ LTDA	RS 4.500,00
*VENCEDOR*		
Marca:	Marca não informada	
Fabricante:	Fabricante não informado	
Descrição:	Descrição não informada	
Estado:	Cidade:	Endereço:
RS	Ijuí	RUA DOUTOR PESTANA, 76
		Telefone:
		(55) 3313-4843
		Email:
		contato@tolfocontabilidade.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor RS 4.900,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: MUNICIPIO DE IJUI

Objeto: Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos conforme termo de referencia em anexo.

Descrição: Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos - Contratacao de instituicao de longa permanencia especializada em acolhimento institucional de idosos

Data: 09/04/2024 09:46

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 90738196000109-1-000281-2024

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 05/04/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 12

Unidade: Mes

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final
30.019.581/0001-74	RESIDENCIAL GERIATRICO NOBLESSE LTDA			R\$ 4.900,00
*VENCEDOR*				
Marca: Marca não informada				
Fabricante: Fabricante não informado				
Descrição: Descrição não informada				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	
RS	Ijuí	AVENIDA CORONEL DICO, 399	(55) 9192-9541	

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

RS 4.800,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: PM DE SANTA MARIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de acolhimento institucional em caráter de longa permanência para idoso, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, visando atender com mais presteza o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA,

Descrição: Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de acolhimento institucional em caráter de longa permanência para idoso, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, visando atender com mais presteza o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de acolhimento institucional em caráter de longa permanência para idoso, que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, visando atender com mais presteza o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA,

Data: 01/04/2024 00:00

Modalidade: Processo de Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 56900-20-2024-PRD

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO::

Quantidade: 10

Unidade: UN

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.764.072/0001-29	Vida e Saude Casa de Repouso para Idosos Ltda	R\$ 4.800,00
*VENCEDOR*		
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
,		

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Preço do Fornecedor Vencedor

RS 4.102,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)





**Órgão:** MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, NA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL DE IDOSOS EM REGIME DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI. IDOSO(A) A. S  
**Descrição:** SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE IDOSO EM LONGA PERMANÊNCIA - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE IDOSO EM LONGA PERMANÊNCIA

**Data:** 06/02/2024 11:28  
**Modalidade:** Dispensa  
**SRP:** NÃO  
**Identificação:** 83102434000120-1-000014-2024  
**Lote/Item:** 1/1  
**Ata:** N/A  
**Homologação:** 06/02/2024 00:00  
**Fonte:** https://www.gov.br/pncp/pt-br  
**Quantidade:** 12  
**Unidade:** MENSALMENTE (MÊS)  
**UF:** SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.377.460/0001-08 *VENCEDOR*	ASSOCIACAO ABRIGO MAO AMIGA - AMA	R\$ 4.102,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada  Endereço: ,		

**Preço (Outros Entes Públicos) 5: Preço do Fornecedor Vencedor**

**R\$ 3.500,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

**Órgão:** MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, NA MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL DE IDOSOS EM REGIME DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI - IDOSO(A) R. G. S.  
**Descrição:** SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE IDOSO EM LONGA PERMANÊNCIA - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE IDOSO EM LONGA PERMANÊNCIA

**Data:** 02/02/2024 12:52  
**Modalidade:** Dispensa  
**SRP:** NÃO  
**Identificação:** 83102434000120-1-000011-2024  
**Lote/Item:** 1/1  
**Ata:** N/A  
**Homologação:** 02/02/2024 00:00  
**Fonte:** https://www.gov.br/pncp/pt-br  
**Quantidade:** 12  
**Unidade:** MENSALMENTE (MÊS)  
**UF:** SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
46.175.043/0001-09 *VENCEDOR*	CASA DE REPOUSO LOVELY HOUSE LTDA	R\$ 3.500,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada  Endereço: ,		

**Preço (Outros Entes Públicos) 6: Preço do Fornecedor Vencedor**

**R\$ 3.876,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: PM DE TAPEJARA

Objeto: Contratação de Instituição de Longa Permanência Grau 3, através do Edital de Credenciamento N° 09/2023, para acolhimento do idoso de iniciais A.P

Descrição: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA O IDOSO ALMIR PERON. - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA O IDOSO ALMIR PERON.

Data: 22/01/2024 00:00

Modalidade: Processo de Inexigibilidade

SRP: NÃO

Identificação: 60900-13-2024-PRI

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO::

Quantidade: 12

Unidade: MES

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.299.569/0001-93 *VENCEDOR*	GLORIA MARIA DA CONCEICAO LTDA	R\$ 3.876,00
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		
,		

Assinado eletronicamente por MURILO GOBATO MARTINS DA SILVA, NABILA TAIS MODESTO COSTA, FLAVIA CARINA CUCCHI IWAKURA, LUCILENE CRISTIANE DOS SANTOS DIORIO, ANA PAULA VISNAD  
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/d69761f6-77c7-481a-8e37-8c88f0dbd50d.





## Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

**ATENÇÃO** - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

### Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul  
<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:3:::NO:::>

Data: 06/06/2024 10:48:49

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas  
<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 07/06/2024 15:49:18

Acessar a fonte [aqui](#)

Assinado eletronicamente por MURILO GOBATO MARTINS DA SILVA, NABILA TAIS MODESTO COSTA, FLAVIA CARINA CUCCHI IWAKURA, LUCILENE CRISTIANE DOS SANTOS DIORIO, ANA PAULA VISNAD



Assinado eletronicamente por:

\* MURILO GOBATO MARTINS DA SILVA (\*\*.357.619-\*\*)

em 27/09/2024 11:08:24 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

\* NABILA TAIS MODESTO COSTA (\*\*.055.089-\*\*)

em 27/09/2024 13:22:06 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

\* FLAVIA CARINA CUCCHI IWAKURA (\*\*.300.539-\*\*)

em 27/09/2024 14:45:11 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

\* LUCILENE CRISTIANE DOS SANTOS DIORIO (\*\*.564.179-\*\*)

em 27/09/2024 15:08:54 com assinatura avançada (AC Final do Governo Federal do Brasil v1)

\* ANA PAULA VISNADI (\*\*.242.908-\*\*)

em 30/09/2024 12:48:19 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/d69761f6-77c7-481a-8e37-8c88f0dbd50d>





Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 2. Autorização para Abertura de  
Procedimento Administrativo nº 13/2024/Secretaria  
de Administração - Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/73fbfe27-255e-44ca-9bcb-fa42442e3020>

Espécie/Tipo	Autorização para Abertura de Procedimento Administrativo
Número	13/2024/Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
Assunto	Credenciamento de instituição de longa permanência para idosos.
Restrições	"Interno"



## **AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Autorizamos o Departamento de Licitações deste Município, a dar início ao processo administrativo, **com fulcro na Lei Federal nº14.133/2021 e Decreto Municipal nº676/2022,** referente o Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, conforme Comunicação Interna nº1.075/2024, Termo de Referência, ETP e demais documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o valor mensal estimado de R\$4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), com vigência de 60 (sessenta) meses.

Cambé, 21 de outubro de 2024.

Paulo Humberto Pizaia Neto  
Secretário Municipal de Administração



Assinado eletronicamente por:

\* PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO (\*\*.131.709-\*\*)

em 21/10/2024 15:58:05 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/73fbfe27-255e-44ca-9bcb-fa42442e3020>





Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 3. Solicitação de Parecer Jurídico nº  
177/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/69d376db-f0cd-450a-8ed1-2ff6a9313657>

Espécie/Tipo	Solicitação de Parecer Jurídico
Número	177/2024/Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
Assunto	Credenciamento de instituição de longa permanência para idosos.
Restrições	"Interno"



Cambé, 22 de outubro de 2024.

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 1.170/2024**

DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2024-PMC

Solicitação de Parecer

Solicitamos a esta Secretaria Parecer referente Minuta de Edital de Chamamento, **com base na Lei federal nº14.133/2021 e Decretos Municipais nºs. 676/2022 e 236/2023** com o objetivo de Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, conforme Comunicação Interna nº1.075/2024, Termo de Referência, ETP e demais documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o valor mensal estimado de R\$4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), com vigência de 60 (sessenta) meses.

Para tanto, encontra-se disponível o pedido da Secretarias com o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, além da Minuta do Edital para análise.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Paulo Humberto Pizaia Neto  
Secretário Municipal de Administração

Assinado eletronicamente por:

\* PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO (\*\*.131.709-\*\*)

em 22/10/2024 10:47:50 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/69d376db-f0cd-450a-8ed1-2ff6a9313657>





Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 4. Minuta de Edital nº 105/2024/Secretaria de  
Administração - Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/ba71ace5-438a-487c-9bae-0d3fc38afe7b>

Espécie/Tipo	Minuta de Edital
Número	105/2024/Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
Assunto	Credenciamento de instituição de longa permanência para idosos.
Restrições	"Interno"



## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2024 – PMC**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº187/2024**

#### **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE RESIDÊNCIA INCLUSIVA**

##### **1 PREÂMBULO**

1.1. O MUNICÍPIO DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, com sede à Rua Otto Gaertner nº65, Centro, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e Decreto Municipal nº676/2022, e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, nos termos das condições estabelecidos no presente Instrumento de Chamamento.

1.2. A análise da documentação dos interessados será realizada pela Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº897/2023, com avaliação final em conformidade com os parâmetros e requisitos estabelecidos neste Edital.

1.3. O processo de credenciamento contempla a análise documental dos interessados e o cumprimento das demais exigências contidas no presente Edital.

**1.4 Os envelopes poderão ser enviados PELO CORREIO ou protocolados no protocolo central da Prefeitura Municipal de Cambé, Rua Otto Gaertner 65, em dias úteis das 8h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.**

##### **2 OBJETO DO CREDENCIAMENTO**

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, conforme descrito no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

##### **3. REGÊNCIA LEGAL E CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

3.1. Poderão credenciar-se no Chamamento Público entidades regularmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste Edital e que apresentem os documentos exigidos para habilitação, interessadas em firmar com a Administração Municipal Termo de Credenciamento para a execução do objeto deste Edital.

3.2. O presente credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal nº676/2022, com alterações posteriores e demais legislação pertinente, aplicando-se, no que couber, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

3.3 Não será admitida a participação de:

- I. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do Chamamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as





situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#) e artigo 92 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda número 24, de 19/09/2017;

- II. Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
- III. Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- IV. Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública Municipal;
- V. Membros da Comissão de Contratação do Município de Cambé;
- VI. Empresas que estiverem sob falência ou concordata ou execução patrimonial;
- VII. Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da contratação.

## **4 DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**4.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente EDITAL, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame, observado o disposto no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 64 do Decreto Municipal nº 676/2022.

**4.1.1** A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Secretário Municipal de Administração, e conter o nome completo do responsável, indicação do número do credenciamento, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico, devendo ser protocolado no setor de protocolo da prefeitura Municipal de Cambé, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 (horário regimental), ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacao@cambe.pr.gov.br](mailto:licitacao@cambe.pr.gov.br).

**4.1.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial do Município bem como no Portal Comprasgov, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.1.3** Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

**4.1.4** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização da sessão.

**4.2** Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados, quando solicitados por escrito, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail: [licitacao@cambe.pr.gov.br](mailto:licitacao@cambe.pr.gov.br).

**4.2.1** O Secretário Municipal de Administração responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 164 da Lei federal nº 14.133/2021, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

## **5. PRAZOS E AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**



5.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido a Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria nº897/2023, acompanhado de toda a documentação exigida no Anexo II deste Edital, em envelope lacrado devidamente identificado conforme abaixo, devendo ser protocolado junto ao Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Cambé, situado à Rua Otto Gaertner nº65, Centro, a partir do dia **XX DE XXXXXX DE 2024**, das 8h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ – PR  
CREDENCIAMENTO  
CHAMAMENTO PÚBLICO NºXX/2024**

**INTERESSADO:**

**CPF / CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

5.1.1 A instituição interessada poderá manifestar interesse em se credenciar para a quantidade de vagas na qual tem disponibilidade, entregando junto a sua documentação a proposta de credenciamento conforme modelo no Anexo III.

5.2 No prazo máximo de **05 dias úteis**, a contar da data do protocolo da documentação pelo interessado, a Comissão de Contratação deverá lavrar ata quanto ao recebimento, exame e julgamento da documentação.

5.2.1 É responsabilidade da Comissão de Contratação verificar a existência de sanção que impeça a participação no credenciamento ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

5.2.2 Caso haja algum registro impeditivo que declare o interessado impedido e/ou inidôneo para participar e/ou contratar com a Administração Pública, o mesmo será excluído do certame. Na hipótese do interessado ter registro nos órgãos constantes nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 5.2.1 com abrangência no órgão de registro, o mesmo não estará impedido de participar.

5.2.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessa e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.2.4 Caso conste na Consulta de Situação da empresa a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

5.2.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

5.2.6 Constatada a existência de sanção, a empresa interessada não será credenciada, por falta de condição de participação.



5.2.7 A qualquer momento interessadas poderão encaminhar a documentação necessária e requerer o credenciamento.

5.2.8 Após a lavratura da ata e transcorrido o prazo de recursos e possíveis julgamentos, a Comissão de contratação fará a homologação dos pedidos de inscrição ao credenciamento, devendo a classificação ser publicada respeitando a ordem de protocolo do pedido de inscrição.

5.2.9 Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

5.3 O prazo de vigência do presente Edital é de 60 (sessenta) meses a partir de sua publicação.

## **6. RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO**

6.1 Qualquer interessado poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis, nos casos previstos no art. 165, I da Lei Federal nº14.133/2021.

6.2 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, contados da disponibilização/publicação da ata de julgamento.

6.3 O recurso será dirigido a Comissão de Contratação que proferiu a decisão recorrida;

6.4 Findo o prazo de manifestação de recursos os mesmos serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município e a partir disso inicia-se o prazo de três dias úteis para apresentação das contrarrazões;

6.5 Se não reconsiderar o ato ou a decisão, a Comissão de contratação encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contados do recebimento dos autos;

6.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados;

6.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos

6.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (ENDEREÇO ELETRÔNICO – Portal da Transparência ou E-CIGA <https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/processo/254d7cad-4fdc-4a85-a0d6-70828a448de4> ).

## **7. DA CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

7.1 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forme inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74. IV da Lei Federal nº14.133/2021.

7.1.1 A contratação apenas poderá ocorrer no período de vigência deste Edital.

7.2 Para a contratação do credenciado, a Secretaria demandante deverá encaminhar pedido de contratação acompanhado de Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar,



respeitando a rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluía a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado.

7.3 A contratação direta, via inexigibilidade de licitação, deverá cumprir os requisitos indicados no Decreto Municipal nº676/2022, observando a Lei Federal nº14.133/2021.

7.4 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e artigos 350 e 351 do Decreto Municipal nº676/2022.

7.5 O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado, nos termos do artigo 243 do Decreto Municipal nº676/2022, e a contratação será precedida de um processo de inexigibilidade no qual a credenciada deve manter suas condições de habilitação para ser contratada.

7.6 Os serviços serão distribuídos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em sistema de rodízio, de acordo com a ordem de credenciamento;

7.7 No caso do Credenciado não responder à solicitação de contratação conforme disposto no item acima, esta será redistribuída automaticamente ao próximo da ordem de credenciamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 Conforme o Decreto Municipal 676/2022, o LICITANTE e a CONTRATADA que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular Processo Administrativo De Responsabilização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

I. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada, as comunicações à LICITANTE serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf, ou por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação.

II. A LICITANTE deverá manter atualizado os endereços de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Sicaf e outros informados ao município, e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de Cambé, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

8.2. A sanção de advertência será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

I. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II. Inexecução parcial de obrigação contratual acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;



8.2.1 Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos diretos e objetivamente mensuráveis à Administração.

8.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame durante a fase de saneamento;

III. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

IV. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, àquele que:

I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4.1 A sanção prevista no item 8.4, aplicada por qualquer ente da Federação e devidamente inscrita nos cadastros do Tribunal de Contas da circunscrição do ente que aplicou a penalidade, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta do Município, enquanto vigorar a norma aplicada.

8.5. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais.

8.5.1 Não se aplica a regra prevista no item 8.5 se já houver ocorrido o julgamento ou pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

8.5.2 O disposto nos itens 8.2, 8.3 e 8.4 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

8.6 A multa prevista no edital ou no contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.



8.7. Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao LICITANTE que:

I - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame durante a fase de saneamento;

8.8 Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao LICITANTE que:

I. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

II. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.9. Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao LICITANTE que:

I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observando-se o Art. 236 do Decreto Municipal 676/2022, e em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência de infração prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

I. As sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

II. A unificação das penas somente poderá ocorrer após a decisão definitiva dos processos administrativos.





III. A unificação das penas será efetivada por ato administrativo de competência do Secretário de Administração e, considerando que não implica em majoração das penalidades já aplicadas, não haverá necessidade de ampla defesa e contraditório.

IV. Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no inciso I do item 8.11, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

8.12. Será admitida a reabilitação da LICITANTE perante o Município de Cambé, devendo para tanto serem observadas as disposições dos artigos 239 e 240 do Decreto Municipal 676/2022.

8.13. Os casos omissos quanto à infrações não previstas no Edital e no Decreto Municipal 676/2022, serão resolvidos com base na Lei Federal 14.133/2021, sopesando-se a aplicação da sanção à gravidade da conduta da LICITANTE.

## **9. DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO E REAJUSTE**

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente, tendo por base o valor pré definido pela Administração, em até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal e demais documentos exigidos, sendo a 1ª (primeira) parcela 30 (trinta) dias após o início da realização dos serviços.

9.2. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas, ou no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS ou outros meios oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

9.3. A nota fiscal deverá apresentar o número da Inexigibilidade e termo de contrato de prestação de serviços e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

9.4. As notas fiscais deverão vir acompanhadas por um relatório dos serviços executados, devidamente comprovados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

9.5. Vencido o prazo estabelecido no item 9.1 e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos conforme dispõe o artigo 174, XIII do Decreto Municipal nº 676/2022.

9.6. Os preços são fixos e irredutíveis durante o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do Contrato, após o qual a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA da data da apresentação da proposta sobre o saldo remanescente. A revisão de preços dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio financeiro do Contrato.

## **10. DO DESCREDENCIAMENTO**

10.1. Ocorrerá o credenciamento quando:

10.1.1. Por algum motivo o credenciado deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo de prestação de serviços;



10.1.2. Na recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;

10.1.3. Quando o Município de Cambé revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos credenciados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;

10.1.4. Quando o credenciado solicitar seu descredenciamento, mediante notificação à Administração e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.1.5. Por qualquer motivo o contrato entre o credenciado e o Município de Cambé for rescindido.

## **11 DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. O Município de Cambé poderá, a qualquer tempo, motivadamente, aditar, revogar total ou parcialmente, ou mesmo anular o presente processo, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for;

11.2. O Município de Cambé poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, através da divulgação de um novo regulamento;

11.3. Qualquer elemento, informação, esclarecimento ou cópia da íntegra deste Edital, deverá ser solicitado ao Departamento de Licitações, pelo e-mail: [licitacao@cambe.pr.gov.br](mailto:licitacao@cambe.pr.gov.br).

11.4. Este chamamento público será publicado no Jornal oficial do município, na Folha de Londrina, Portal da Transparência do Município bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11.5. O Credenciamento não implica no dever da Administração Pública de contratar com o credenciado, cabendo a esta a definição da contratação e da quantidade de serviços a serem prestados pelo Credenciado.

11.6. O interessado assume a responsabilidade de acompanhar todos os atos relativos à este procedimento auxiliar, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

Cambé,

Paulo Humberto Pizaia Neto  
Secretário Municipal de Administração





## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA – Referente Edital de Chamamento nºXX/2024**

#### **1 OBJETO**

Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a sessenta anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como de convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral.

#### **2 JUSTIFICATIVA**

A responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e cidadania, inclui planejar, propor, promover, articular, coordenar, difundir, integrar, executar e avaliar as políticas municipais relacionadas à garantia de proteção social, acolhimento, convívio e sobrevivência para indivíduos e famílias temporariamente incapazes de lidar, por conta própria, com situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, comprometendo a proteção e a estabilidade nas relações interpessoais.

Considerando a Tipificação Nacional de Serviços da Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS nº 109/2009, dispõe entre os serviços de alta complexidade o acolhimento institucional para idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência, com o objetivo de garantir proteção social, de forma provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Ressalta-se ainda, que presente contratação tem por objetivo atender principalmente as demandas judiciais, as quais determinam o acolhimento dos mencionados usuários em instituição adequada ao atendimento de suas necessidades de vida, bem como os encaminhamentos realizados pelos serviços de acompanhamento da rede socioassistencial do município que estiveram devidamente justificadas, e de acordo com os fluxos de atendimento internos.

Sendo assim, a impossibilidade administrativa de o Poder Executivo de Cambé em disponibilizar diretamente o serviço de acolhimento institucional de idosos, em suas demandas eventuais, justifica-se o lançamento do presente credenciamento, a fim de chamar pessoas jurídicas prestadoras de serviço de acolhimento institucional de idosos.

A utilização do Edital de Credenciamento tem o intuito de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, com capacidade técnica comprovada, e obedecendo os padrões mínimos de funcionamento definidos na Lei 10.741 de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Resolução RDC Nº 502 ANVISA, de 27 de maio de 2021 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais), ou outras normas que os venham a substituir.

#### **3 DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR / DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

##### Público Alvo

Idosos, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de ambos os sexos, com graus de dependência I, II e III, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada no Ministério da Saúde – RDC nº 283/2005 por de terminação judicial e ou/ encaminhamentos realizados pelos



serviços de acompanhamento da rede socioassistencial do município que estiveram devidamente justificadas, e de acordo com os fluxos de atendimento internos.

## Grau de Dependência

- Para fins deste credenciamento consideram-se idosos com grau de dependência aqueles que possuem Laudo Médico, conforme previsto na RDC nº 283/2005, a saber:

a) Grau de Dependência I – idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda;

b) Grau de Dependência II – idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária, tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada.

c) Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

- **Valor mensal por vaga: R\$ 4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).**

## **4 FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

São condições para exemplar prestação do serviço de acolhimento institucional pelas credenciadas, a observância dos critérios e requisitos a seguir descritos:

- Ofertar acolhimento e cuidados aos idosos em situação de desproteção social que não dispõem de condições para permanecer com a família, devido a situações de violência, maus-tratos, negligência, abandono, situação de rua e/ou com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Cambé.

- Ofertar acolhimento institucional para idosos com grau de dependência I, II e III, sem retaguarda familiar, que tenha domicílio no Município de Cambé;

- Oferecer cuidados ininterruptos (24 horas).

- Garantir que no espaço físico seja organizado de forma a atender aos requisitos previstos na RDC nº 283/2005, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, conforto e segurança, com ambientes arejados e iluminados;

- Preservar a identidade do idoso e oferecer um ambiente digno e de respeito, priorizando o chamamento nominal deles.

- Permitir aos residentes o acesso ao telefone e correspondência;

- Manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei 1.0741 de 2003. No registro deve constar nome, data de nascimento e sexo do idoso, data e circunstâncias do acolhimento, nome e endereço do responsável e/ou de um familiar, nome dos filhos, parentes e amigos que poderão visitar ao idoso, relação dos pertences do idoso, bem como valor da renda do idoso, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

- Propiciar atividades que estimulem a autonomia e a socialização, tais como atividades socializantes, recreativas, esportivas, culturais e de assistência religiosa, esta última a ser propiciada aos residentes que desejarem, de acordo com suas crenças. As referidas atividades podem ser estimuladas na instituição e na comunidade;

- Promover um ambiente acolhedor, através da convivência mista entre os residentes dos diversos graus de dependência, da integração deles em atividades desenvolvidas pela



comunidade e o desenvolvimento de atividades intergeracionais. O acolhimento não poderá ter caráter restritivo ou de privação de liberdade;

- Disponibilizar equipe técnica mínima de acordo com RDC nº 283/2005;
- Proporcionar capacitação prévia e continuada à equipe de funcionários;
- Oferecer cuidados básicos com a higiene dos residentes, com acompanhamento individual, se necessário;
- Proporcionar cuidados básicos com a saúde dos residentes, conforme a necessidade dos mesmos, com acompanhamento diário incluindo curativos, controle de diabetes, pressão arterial, colocação e manutenção de sonda enteral etc., e garantir o acesso aos serviços de saúde nos equipamentos públicos no Município de Canoas, sempre que necessário;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição médica;
- Em caso de não haver responsável pelo idoso, a credenciada deverá providenciar a retirada de medicamentos necessários para os acolhidos junto às Unidades Básicas de Saúde e realizar, quando for o caso, o encaminhamento dos pedidos de medicamentos especiais junto ao Estado;
- Prestar primeiros socorros quando necessário e providenciar transporte até o hospital em caso de emergência;
- Em caso de não haver responsáveis pelo idoso, a credenciada deverá providenciar acompanhamento de cuidadores, durante períodos de observação em unidades de pronto atendimento e/ou serviços de urgência e emergência, ou em casos de hospitalização;
- Oferecer 6 (seis) refeições diárias com cardápio elaborado por nutricionista, de acordo com a necessidade nutricional de cada idoso. O cardápio deverá estar disponível à fiscalização;
- Manter estoque de alimentos suficientes, com qualidade e dentro da validade, que garanta à boa alimentação e nutrição dos idosos;
- Manter serviços de lavanderia, bem como procedimentos para a identificação das roupas de uso pessoal dos residentes, visando à manutenção da individualidade e a humanização;
- Organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social;
- Planejar as atividades socioassistenciais, com a participação dos idosos no planejamento, respeitando as demandas do grupo e aspectos socioculturais do idoso e da região onde estão inseridos;
- Quando o usuário tiver necessidades adicionais não atendidas pela credenciada, esta deverá comunicar imediatamente à SMASC- Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, através de ofício para providências;
- Os serviços de atendimento a idosos serão executados pela instituição credenciada, no endereço referido em seu Termo de Credenciamento, sob a responsabilidade técnica do profissional indicado pela credenciada, nos termos do Edital;
- A CREDENCIADA deverá informar à SMASC, qualquer mudança de endereço, responsável técnico, bem como, telefone, e-mail ou outros. No caso de mudança de endereço a SMASC analisará o interesse em manter os serviços estabelecidos, podendo realizar o descredenciamento da instituição, se o novo endereço não atender as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;
- É de responsabilidade exclusiva e integral da credenciada, a correta remuneração dos profissionais que prestarão o serviço de acolhimento institucional, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações não se transferem para a Administração Pública;
- A CREDENCIADA indenizará terceiros e a Administração Pública por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
- A CREDENCIADA utilizará o cartão de benefício previdenciário de acolhido, quando houver autorização judicial ou quando de necessidades pessoais e sob expresso desejo do acolhido.



- A CREDENCIADA deverá solicitar ao Poder Judiciário, quando necessário, a concessão da curatela para os idosos que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- Entre as condições de habilitação para o credenciamento a CREDENCIADA deverá receber idosos, sem responsável familiar e/ou de família extensa, com a correspondente comunicação ao Ministério Público;
- As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei no 8.842, de 1994.

## **5 DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO**

Após o resultado do Edital de chamamento, o ingresso da pessoa idosa em ILPI ocorrerá de forma contratualmente estabelecida entre as instituições Credenciadas de acordo com sua capacidade de vagas ofertadas e a necessidade da Administração Pública.

O ingresso ocorrerá após avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, bem como de outras políticas que já acompanham o idoso assistido. Efetivado o acolhimento, a entidade deverá enviar o registro de ingresso referente para a Diretoria de Proteção Especial.

Para garantir um fluxo equânime e padronizado, a solicitação de vaga para o usuário no serviço de acolhimento Institucional deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia do RG e CPF do usuário e responsável;
- b) cópia do comprovante de residência;
- c) cópia do comprovante de renda do usuário e responsável,
- d) laudo médico com CID,
- e) relatório de acompanhamento da rede socioassistencial do Município,
- f) determinação judicial (quando houver)

## **6 PRAZO DE VIGENCIA DO EDITAL**

O prazo de vigência do Edital será de 60 (sessenta) meses.



## **ANEXO II**

### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1 OS SEQUENTES DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS DEVERÃO SER APRESENTADOS CONFORME ESTABELECIDO NO ITEM 5 DO EDITAL:

1.1 Declaração manifestando o interesse da empresa em se credenciar para prestação dos serviços objeto deste Edital, especificando a quantidade de vagas disponíveis, pelo valor determinado pela Administração e de acordo com as normas constantes no presente Edital de Credenciamento, conforme Modelo no Anexo III;

1.2 Cartão CNPJ da empresa emitido há no máximo 60 (sessenta) dias;

1.3 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no prego, se for o caso;

1.4 Certidão de Regularidade de Tributos Municipais referente débitos mobiliários e imobiliários; caso a licitante não possua imóveis a mesma deverá apresentar a Certidão de Regularidade de Tributos Municipais da sede da licitante referente débitos mobiliários, acompanhada de Certidão e/ou Declaração emitida pelo Município comprovando que a mesma não possui imóveis cadastrados em seu nome, dentro de sua validade, caso não haja validade que tenha sido emitida há no máximo 180 (cento e oitenta) dias;

1.5 Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

1.6 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 ou Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do INSS;

1.7 Certidão de Regularidade junto ao FGTS;

1.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas retirada no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

1.9 Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município sede da licitante, devidamente atualizada, autorizando exercer atividades compatíveis com objeto; caso o Alvará Sanitário da licitante não apresente o ramo de atividade compatível com o objeto do Edital, deverá a licitante apresentá-lo acompanhado com o Alvará de Localização a fim de comprovar que a mesma está apta/autorizada a realizar os serviços objeto deste Edital. Caso a empresa esteja dispensada de Licença Sanitária ou Alvará Sanitário, deverá apresentar Declaração do Município sede da licitante, devidamente assinada por agente público municipal. Quando a



declaração não apresentar data de vencimento, será esta considerada válida por 120 (cento e vinte) dias após a data de emissão da mesma;

1.10 Declaração identificando o profissional responsável técnico, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional conforme **ANEXO VI**.

1.11 Declaração unificada conforme ANEXO V.

2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em qualquer outro processo de cópia autenticada, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida;

3. A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários;

4. Não será credenciado o interessado que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital. Caso haja interesse o interessado poderá realizar novo protocolo com as documentações regularizadas.

5. A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida.



**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO**

**TIMBRE / NOME DA ENTIDADE**

A Prefeitura Municipal de Cambé

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no CREDENCIAMENTO DE Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, nos termos do Chamamento Público nºXX/2024.

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

Endereço Comercial: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_  
Conta Bancária da Pessoa Jurídica nº \_\_\_\_\_, Agência  
\_\_\_\_\_, Banco

\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_.

**QUANTIDADE DE VAGAS DISPONÍVEIS: XXXXXX AO CUSTO DE R\$4.435,60 CADA.**

(assinatura do solicitante)  
(nome do solicitante)





## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS

REF.: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2024 – PMC

Contrato nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CAMBÉ e \_\_\_\_\_, na forma abaixo:

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMBÉ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Otto Gaertner nº 65, inscrito no CNPJ sob nº 75.732.057/0001-84, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Conrado Angelo Scheller, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.6247611-7 SSP/PR e CPF/MF sob nº.862.130.919-04 e

**CONTRATADA: QUALIFICAR**

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral do paciente XXXXXXXXXX, que a CONTRATADA se declara em condições de realizar em estrita observância ao indicado no Edital de Chamamento nºXX/2024 onde a mesma foi devidamente credenciada em XX de XXXXXX de 2024 e conforme Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nºXX/2024, devidamente ratificado pelo CONTRATANTE em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com base no artigo 74, IV da Lei Federal nº14.133/2021.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pela execução dos serviços estabelecido na cláusula primeira o CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA a importância mensal de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), perfazendo o valor global de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos para financiamento do objeto deste Contrato correrão a conta das dotações orçamentárias nºs:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

**3.1** O pagamento será efetuado mensalmente, tendo por base o valor pré definido pela Administração, em até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal e demais documentos exigidos, sendo a 1ª (primeira) parcela 30 (trinta) dias após o início da realização dos serviços, conforme dados abaixo:

**Dados Bancários (Banco, Agência e Conta)**





3.2 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas, ou no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS ou outros meios oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas para a contratação.

3.3 A nota fiscal deverá apresentar o número da Inexigibilidade e termo de contrato de prestação de serviços e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

3.4. As notas fiscais deverão vir acompanhadas por um relatório dos serviços executados, devidamente comprovados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.5. Vencido o prazo estabelecido no item 3.1 e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos conforme dispõe o artigo 174, XIII do Decreto Municipal nº676/2022.

3.6. Os preços são fixos e irredutíveis durante o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do Contrato, após o qual a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA da data da apresentação da proposta sobre o saldo remanescente. A revisão de preços dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio financeiro do Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS**

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- a) Edital de Chamamento nºXX/2024 – PMC;
- b) Processo de Inexigibilidade nºXX/2024 – PMC.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os documentos mencionados desta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

## **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE ENTREGA, EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

5.1 O contrato terá vigência de [XXXX], podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 350 e 351 do Decreto Municipal nº676/2022.

5.1.1 Os serviços deverão ser realizados de acordo com o especificado no Termo de Referência.

5.2 O não cumprimento deste prazo implica em multa conforme especificado na Minuta do Contrato.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**



Todas as despesas com carga, transporte, descarga, seguro, encargos, impostos, etc., são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Constituem motivos para extinção contratual as hipóteses especificadas no artigo 137 e nos incisos I, II, III, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 155, ambos da Lei Federal n.º 14.133/21, bem com as hipóteses previstas no Decreto Municipal 676/2022.

6.2. Conforme o Decreto Municipal 676/2022, a CONTRATADA que incorra nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sujeita-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

I. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à contratada, em decorrência de conduta vedada, as comunicações à contratada serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf, ou por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação.

II. A Contratada deverá manter atualizado os endereços de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Sicaf e outros informados ao município, e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de Cambé, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

6.3. A sanção de advertência será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

I. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II. Inexecução parcial de obrigação contratual acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

6.3.1 Para os fins do item 6.3, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos diretos e objetivamente mensuráveis à Administração.

6.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o município de Cambé pelo prazo máximo de até 3 (três) anos será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II. Der causa à inexecução total do contrato;

III. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



6.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar perante à administração pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, àquele que:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.5.1 A sanção prevista no item 6.5, aplicada por qualquer ente da Federação e devidamente inscrita nos cadastros do Tribunal de Contas da circunscrição do ente que aplicou a penalidade, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta do Município, enquanto vigorar a norma aplicada.

6.6. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais.

6.6.1 Não se aplica a regra prevista no item 6.6 se já houver ocorrido o julgamento ou pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

6.6.2 O disposto nos itens 6.3, 6.4 e 6.5 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

6.7. A multa prevista no edital ou no contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

6.7.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7.2 A multa de que trata o item 6.7 poderá ser descontada do pagamento eventualmente devido pela contratante extraídos da mesma ata/contrato/edital.

6.7.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

6.8. Será aplicada multa nas seguintes condições:

- I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,7% (sete décimos percentual) calculada sobre a parte inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto;
- II. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias;



III. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

IV. Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos percentual) sobre o valor total do contrato;

V. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato e a multa, de caráter compensatório será aplicada no seguinte percentual:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA ou nos casos de cancelamento da ata de registro de preços ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

VI. No caso de inexecução total, a multa aplicada será de:

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou ata de registro de preços.

VII. Será configurada a inexecução total do objeto:

a) quando a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato;

b) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

c) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, que resultará em imediata perda da garantia de proposta, se houver.

VIII. A fixação das multas compensatórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

IX. O valor da multa deverá ser recolhido à conta do Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial e do boleto de pagamento.

X. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.9. A extinção unilateral do contrato é prerrogativa da CONTRATANTE para salvaguardar o interesse público, e pode ser promovida independentemente da aplicação das demais sanções previstas, após ser conferido previamente à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observando-se o Art. 236 do Decreto Municipal 676/2022, e em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.11. Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência de infração prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será somado ao período



remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

I. As sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

II. A unificação das penas somente poderá ocorrer após a decisão definitiva dos processos administrativos.

III. A unificação das penas será efetivada por ato administrativo de competência do Secretário de Administração e, considerando que não implica em majoração das penalidades já aplicadas, não haverá necessidade de ampla defesa e contraditório.

IV. Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no inciso I do item 6.11, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

6.12. Será admitida a reabilitação da CONTRATADA perante o Município de Cambé, devendo para tanto serem observadas as disposições dos artigos 239 e 240 do Decreto Municipal 676/2022.

6.13. Os casos omissos quanto à infrações não previstas no Contrato e no Decreto Municipal 676/2022, serão resolvidos com base na Lei Federal 14.133/2021, sopesando-se a aplicação da sanção à gravidade da conduta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Executar o(s) serviço(s) cotado(s), em estrita observância à sua proposta e Termo de Referência.

7.2. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com a realização dos serviços, sendo o fornecedor responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios, obrigando-se a ressarcir os danos e substituir os elementos viciados ou defeituosos, sem ônus ao Município.

7.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio do Município ou a terceiros, quando da realização do objeto deste contrato.

7.4. A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.5. A Contratada permitirá o livre acesso nas dependências da instituição, dos profissionais vinculados à SMASC - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, para fiscalização do cumprimento do objeto, bem como facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim.

7.6. Os prontuários dos idosos deverão ficar sob a guarda da Credenciada por 5 (cinco) anos, no mínimo, à disposição da SMASC para eventuais auditorias.



## **CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

8.1 A recomposição de preços ou equilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

- a) reajustamento de preços;
- b) revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito; e
- c) repactuação de preços.

8.2 Os preços contratados poderão ser revisados mediante protocolo de requerimento da empresa contratada seja de reajuste, revisão ou repactuação, todavia tal protocolo não é causa ou fundamento legal que autoriza ou justifique a interrupção das obrigações neles contraídas, em especial, do fornecimento de produtos, materiais, serviços e paralisação de obras e serviços de engenharia, respondendo o infrator nos termos da legislação vigente por tais atos.

8.3 A recomposição de preços ou equilíbrio econômico e financeiro deverão ser realizados conforme artigos 174 a 217 do Decreto Municipal 676/2022.

8.4 Para fins de reajuste de valores, transcorrido o prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, será aplicado o IPCA.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir este Contrato, unilateralmente, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência ou insolvência civil;
- b) dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- c) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento devidamente justificadas;
- d) subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização da contratante;
- e) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e, independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato, desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir de sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**



Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 676/2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. Fica designado o servidor Sr. XXXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, e-mail: xxx@xxx, para acompanhar e fiscalizar o presente Contrato e como seu suplente o Sr. XXXXXXXX.

11.2. O Gestor responsável pelo este Contrato é XXXXXXXX e como seu suplente o Sr. XXXXXXXX.

11.3. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Cambé, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Cambé, XX de XXXXX de XXXX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

---

---





## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Comissão de Contratação  
Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná  
PROCESSO DE CREDENCIAMENTO EDITAL Nº XX/2024

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso **XXXIII do artigo 7º** da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 3) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4) Declaramos que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5) Declaramos para os devidos fins de direito, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura de eventuais Contratos.**
- 6) Declaramos para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.
- 7) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 8) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de credenciamento, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para seguinte endereço e o pagamento efetuado na seguinte conta bancária:

**E-mail:**  
**Telefone: ( )**





**Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)**

9) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução de eventuais contratação, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no Edital.

..... de 2024.  
**Local e Data**

**Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)**



**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2024-PMC**

O abaixo assinado, \_\_\_\_\_, Identidade N.º \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, na qualidade de responsável legal pela empresa \_\_\_\_\_ vem, pela presente, indicar a V.S<sup>as</sup>. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), caso sejamos contratados.

- Nome Completo:

CPF nº

Carga horária semanal:

Cargo e Função:

Número de inscrição e Conselho Profissional:

Declaramos que os profissionais acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Local e data.

**Nome e assinatura do representante legal**



Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 5. Parecer Jurídico nº 378/2024/Secretaria de  
Assuntos Jurídicos – Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

[https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/e21d4b3f-  
d42d-4883-8ab5-37be8d79b76a](https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/e21d4b3f-d42d-4883-8ab5-37be8d79b76a)

Espécie/Tipo	Parecer Jurídico
Número	378/2024/Secretaria de Assuntos Jurídicos – Departamento de Licitação
Assunto	ANÁLISE DE LEGALIDADE DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES DE RESIDÊNCIA DE LONGA PERMANÊNCIA
Restrições	"Interno"

Cambé, 20 de novembro de 2024.

Referência: Processo Administrativo nº 187/2024 - PMC.

Interessadas: Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Assistência Social

Assunto: Credenciamento de Instituição de Longa Permanência.

### PARECER JURÍDICO Nº 378/2024

**EMENTA: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA- COM VÍNCULOS FAMILIARES ROMPIDOS. ANÁLISE DO TEOR.**

#### I. DA CONSULTA

O Secretário Municipal de Administração encaminhou Comunicação Interna N.º 1170/2024 a esta Procuradoria Jurídica, solicitando parecer jurídico a respeito do “*Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, conforme Comunicação Interna nº1.075/2024, Termo de Referência, ETP e demais documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o valor mensal estimado de R\$4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), com vigência de 60 (sessenta) meses.*”.

Com efeito, a Secretaria Municipal de Assistência Social solicitou a abertura de processo sendo elaborado o edital de chamamento público para cadastrar instituições hábeis a prestar serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência.

Juntou-se ainda ao processo o Termo de Referência com valores estimados para a formalização da parceria, bem como a comunicação interna dando conta das dotações orçamentárias a serem utilizadas.

Isto posto, passamos a analisar o teor da minuta do referido Edital e de seus anexos, conforme segue.

#### II. DOS FUNDAMENTOS

Analisando o caso apresentado, verifica-se que o Município de Cambé, pretende credenciar Instituições hábeis a prestar serviço de acolhimento institucional de residência inclusive.

O credenciamento está definido no Art. 6º da Lei 14.133/2021:

***XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;***

Sobre a hipótese de credenciamento, o Professor Alexandre Mazza, em seu livro cita da seguinte forma:

***O credenciamento é o processo administrativo de chamamento de interessados em prestar serviços ou fornecer bens para a Administração. Todavia, no credenciamento não há disputa, já que todos os interessados, preenchendo os requisitos previstos no ato de convocação, podem ser chamados a executar o objeto (art. 6º, XLIII). Ao contrário dos ritos competitivos, serão credenciados diversos fornecedores a fim de que, surgindo a necessidade, sejam chamados para a prestação. (MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN9786553620735.)***

O Art. 79 descreve em quais situações é possível o credenciamento:

***Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:***

***I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;***

***II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;***

***III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.***

No caso presente, o objetivo do credenciamento foi esclarecido da seguinte forma pela Secretaria Demandante:

*A responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e cidadania, inclui planejar, propor, promover, articular, coordenar, difundir, integrar, executar e avaliar as políticas municipais relacionadas à garantia de proteção social, acolhimento, convívio e sobrevivência para indivíduos e famílias temporariamente incapazes de lidar, por conta própria, com situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, comprometendo a proteção e a estabilidade nas relações interpessoais.*

*Considerando a Tipificação Nacional de Serviços da Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS nº 109/2009, dispõe entre os serviços de alta complexidade o acolhimento institucional para idosos com 60 (sessenta) anos ou mais, de ambos os sexos, com diversos graus de dependência, com o objetivo de garantir proteção social, de forma provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. Ressalta-se ainda, que presente contratação tem por objetivo atender principalmente as demandas judiciais, as quais determinam o acolhimento dos mencionados usuários em instituição adequada ao atendimento de suas necessidades de vida, bem como os encaminhamentos realizados pelos serviços de acompanhamento da rede socioassistencial do município que estiveram devidamente justificadas, e de acordo com os fluxos de atendimento internos.*

*Sendo assim, a impossibilidade administrativa de o Poder Executivo de Cambé em disponibilizar diretamente o serviço de acolhimento institucional de idosos, em suas demandas eventuais, justifica-se o lançamento do presente credenciamento, a fim de chamar pessoas jurídicas prestadoras de serviço de acolhimento institucional de idosos.*

*A utilização do Edital de Credenciamento tem o intuito de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, com capacidade técnica comprovada, e obedecendo os padrões mínimos de funcionamento definidos na Lei 10.741 de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Resolução RDC Nº 502 ANVISA, de 27 de maio de 2021 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais), ou outras normas que os venham a substituir;*

Veja, portanto, que o objetivo é obter vagas em entidades que prestem o serviço de residência de longa permanência, podendo, qualquer interessado que cumpra os requisitos mínimos, prestar o serviço ao Município, sendo possível, que mais de uma entidade preste o serviço simultaneamente, cada qual abrigando uma pessoa que necessite desse serviço e sejam encaminhadas pelo próprio Município.

Ou seja, a pretensão encontra amparo no inciso I do Art. 79 da Lei 14.133/2021.

No mais, ao analisar os autos do presente processo administrativo, é possível verificar que os requisitos legais foram preenchidos, sendo possível verificar a existência nos autos do Documento de Formalização de Demanda, do Estudo Técnico Preliminar bem como do Termo de Referência, documentos esses que são obrigatórios para o presente caso.

Especialmente quanto ao preço ofertado, a Secretaria Demandante CERTIFICOU que o preço está conforme o mercado e apresento mapeamento dos preços cotados, de sorte que, formalmente, está comprovada a adequação do preço à média do mercado. Importante destacar que no credenciamento não haverá disputa no preço, mas sim ADESÃO das entidades contratadas ao preço PREVIAMENTE fixado pela Administração Pública.

Por fim, o Decreto 676/2022 regulamenta o credenciamento do seguinte modo:

Art. 241. O processo de credenciamento deve ser autorizado pela autoridade competente, ser processado mediante a elaboração de termo de referência pela Secretaria interessada e a publicação de edital que deve atender aos seguintes requisitos:

- I - explicitação do objeto a ser contratado;
  - II - fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;
  - III - possibilidade de credenciamento a qualquer tempo pelo interessado, pessoa física ou jurídica;
  - IV - fixação e manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;
  - V - rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado;
  - VI - vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada, seja pela Administração Pública, seja pelo usuário dos serviços;
  - VII - estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
  - VIII - possibilidade de rescisão do ajuste, pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à Administração com a antecedência fixada no termo;
  - IX - previsão de os usuários denunciarem irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento.
- §1º A convocação dos interessados...

Todos os itens estão presentes no Edital analisado.

Sendo assim, esta SAJ entende possível que a Administração Pública opte pelo credenciamento para contratação simultânea de diversos fornecedores para o objeto ora em análise.



Antes de encerrar, contudo, esta SAJ propõe a seguinte alteração do Edital.

O item 7.6 está redigido do seguinte modo:

**7.6 Os serviços serão distribuídos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em sistema de rodízio, de acordo com a ordem de credenciamento;**

Sugere-se a seguinte redação:

**7.6 Os serviços serão distribuídos do seguinte modo: Primeiramente às entidades credenciadas situadas no Município de Cambé e, dentre estas, em sistema de rodízio de acordo com a ordem de credenciamento. Se não houver entidades credenciadas no Município de Cambé ou não houver mais disponibilidade de vagas, poderão ser os serviços distribuídos a entidades situadas em outras cidades respeitando, entre estas, o sistema de rodízio de acordo com a ordem de credenciamento.**

A alteração se justifica pelo seguinte motivo.

A preservação da convivência comunitária é direito da pessoa idosa e DEVER do Poder Público Municipal:

**Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.**

A Permanência do IDOSO em Cambé, portanto, mais que uma OPÇÃO é um DEVER LEGAL, de sorte que necessariamente deve ser dada a preferência para as entidades situadas nesta cidade.

Apenas na hipótese de absoluta falta de vaga nesta cidade, sendo imprescindível o acolhimento, poderá ser utilizadas as vagas credenciadas em outras cidades posto que, em que pese não ser a melhor solução é preferível do que deixar o idoso sem o necessário atendimento.

Portanto, sugere-se a alteração do Edital para contemplar a preferência pelo acolhimento neste Município.



### III. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica entende pela **POSSIBILIDADE** de lançar Edital de Chamamento Público referente ao Procedimento Administrativo n.º 187/2024-PMC, de que trata sobre o Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para idosos (prestadoras de serviço de acolhimento institucional de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos), com vínculos familiares rompidos, em Graus I, II e III de dependência e, desde que esgotadas todas as possibilidades de autossustento bem como convívio com os familiares, a fim de garantir proteção integral, conforme Comunicação Interna nº1.075/2024, Termo de Referência, ETP e demais documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o valor mensal estimado de R\$4.435,60 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), com vigência de 60 (sessenta) meses.

Esse é o parecer jurídico sobre o tema consultado que encaminhamos, sob censura, para que seja apreciado.

Cordialmente,

**Antonio Guilherme de Almeida Portugal**  
**Advogado Público**  
**OAB/PR 31.107**

Assinado eletronicamente por:

\* ANTONIO GUILHERME DE ALMEIDA PORTUGAL (\*\*.187.189-\*\*) em 22/11/2024 09:29:56 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/e21d4b3f-d42d-4883-8ab5-37be8d79b76a>





Prefeitura de **Cambé**

---

**Processo Administrativo Eletrônico de Licitação nº  
187/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

**Peça 6. Documentos Diversos nº  
1305/2024/Secretaria de Administração -  
Departamento de Licitação**

---



Confira os dados deste documento utilizando o código QR  
ao lado ou o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/ce7494ce-eabd-4e85-8af3-bbfb57e2c6b1>

Espécie/Tipo	Documentos Diversos
Número	1305/2024/Secretaria de Administração - Departamento de Licitação
Assunto	Portaria nº897/2023
Restrições	"Interno"

PORTARIA Nº 897, de 27 de dezembro de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

### R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados como AGENTES DE CONTRATAÇÃO, inclusive como PREGOEIROS, em caráter permanente, os servidores abaixo relacionados, com a finalidade de processar e julgar licitações desta Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros do Município de Cambé fundamentadas pela Lei federal nº14.133/2021 e Decreto Municipal nº676/2022.

Amanda Messias dos Santos  
Ana Paula Roncon de Oliveira  
Jamille Mohamad Zebian Radigonda  
Joanna Elisa Cebulski Kubacki  
Jorge Augusto Barrankievicz da Silva  
Simone Tito Freitas Pomini  
Taise Cristiane Rodrigues  
Thiago Moreno

Art. 2º Fica instituída a EQUIPE DE APOIO e COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, em caráter permanente, composta pelos seguintes servidores municipais:

Alessandro Ricardo Gundhner  
Amanda dos Santos de Freitas  
Amelia Cristina Alves Peres  
Christiane Bueno Luchessi  
Darilaine de Paula Soares Molina  
Gilson José Saloio

Gracieli Aparecida Jose  
Jéssica Cristina Leite  
Leise Nayara Ribeiro Santana Takushi  
Maria Aparecida da Silva Frederico  
Maria Aparecida Macedo dos Santos  
Thais Gisele Martins  
Vanessa Ciffro Teixeira Ruiz Pizaia  
Vera Lucia da Cunha

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 03/01/2024.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ,  
aos 27 de dezembro de 2023.

Paulo Humberto Pizaia Neto  
**Secretário Municipal de Administração**

Conrado Angelo Scheller  
**Prefeito Municipal**

PUBLICADO NO JORNAL  
Oficial do Município de Cambé

Nº 1417 pág 19 de 29 / 12 /2023

Assinado eletronicamente por:

\* PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO (\*\*\*.131.709-\*\*)

em 27/12/2023 15:47:42 com assinatura avançada (AC CIGA)

\* CONRADO ANGELO SCHELLER (\*\*\*.130.919-\*\*)

em 28/12/2023 11:15:23 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/8eb4035f-08f4-488b-8ae6-fea8e18963a7>

